

# Tributo a Leonor Lopes Fávero: o primeiro momento da linguística textual no Brasil

## In honor of Leonor Lopes Fávero: the first moment of text linguistics in Brazil

Dieli Vesaro Palma\*  
Thiago Zilio-Passerini\*\*

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo detalhar as principais contribuições de Leonor Lopes Fávero aos estudos linguísticos empreendidos no Brasil, mais especificamente os relacionados à linguística textual. Para tanto, estabeleceu-se o recorte temporal de 1980 a 1986, que compreende, aproximadamente, ao *primeiro momento* da linguística textual brasileira, delimitado por Koch (1999). Com relação à perspectiva de análise adotada, partiu-se dos pressupostos da historiografia linguística postulados sobretudo por Koerner (2014) e Swiggers (2012). O *corpus* selecionado contou com textos que circularam no intervalo estabelecido, entre eles, artigos, anais de congressos, livros e capítulos de livros. Como material epi-historiográfico, utilizaram-se principalmente, as contribuições de Bentes (2001), Fávero (2017, 2019, 2021), Galembeck (2015) e Koch (1997, 1999, 2003). Os resultados da análise mostraram a relevância da autora para o período em questão, no que se refere tanto à introdução quanto ao desenvolvimento dos estudos linguísticos textuais no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Leonor Lopes Fávero; linguística textual no Brasil; historiografia linguística.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2023nEspecial.1364>

\* Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), dieli@uol.com.br,

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6699-0789>

\*\* Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), thizilio@yahoo.com,

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8196-6282>

#### ABSTRACT

This article aims to describe the main contributions of Leonor Lopes Fávero to linguistic studies in Brazil, especially to text linguistics. For this purpose, a time frame was established from 1980 to 1986, which roughly covers the first phase of Brazilian text linguistics described by Koch (1999). The analysis perspective chosen was based on linguistic historiography (KOERNER, 1996; SWIGGERS, 2012). The selected corpus included articles, congressional yearbooks, books, and book chapters. The epihistoriographic components used were the studies of Bentes (2001), Fávero (2017, 2019, 2021), Galembeck (2015), and Koch (1997, 1999, 2003). The results of the analysis showed the relevance of the author for the period in question, both for the introduction and for the development of text linguistics in Brazil.

KEY WORDS: Leonor Lopes Fávero; text linguistics; linguistic historiography.

## Introdução

O presente texto, que trata da introdução da linguística textual no Brasil, é uma homenagem à professora Leonor Lopes Fávero, falecida em 2022. Notável pesquisadora, transitou por várias áreas da linguística, trazendo grandes contribuições para a ciência brasileira. Aqui focalizamos a linguística textual, por ter sido ela, ao lado de Ignácio Antonio Neis, Ingedore Koch e Luiz Antônio Marcuschi, uma das precursoras dessa linha teórica em nosso país.

Este estudo fundamenta-se na historiografia linguística e, portanto, segue os princípios metodológicos por ela propostos, sobretudo conforme Koerner (1996). Nesse caso, observamos o princípio da contextualização e o da imanência. Pelo primeiro, recompomos as ideias políticas, econômicas, artísticas, linguísticas e educacionais, bem como os acontecimentos que marcaram o período em foco, ou seja, o *clima de opinião*. Pelo segundo, fazemos a análise dos documentos, levando sempre em conta o espírito de época.

Além desses princípios koernerianos, consideramos as orientações de Swiggers (2012), percorrendo as quatro fases do fazer historiográfico:

a heurística, a análise argumentativa, a síntese histórico-comparativa e a hermenêutica, historicamente fundamentada do conhecimento. Seguindo esse percurso, partimos de uma fase heurística e chegamos a uma hermenêutica na caracterização dos primórdios da linguística textual no Brasil, focalizando as contribuições de Leonor Fávero.

A pergunta de pesquisa que orientou o estudo é a seguinte: Quais foram as contribuições de Leonor Lopes Fávero para os primórdios da linguística textual no Brasil? A fim de tentar respondê-la, o objetivo deste trabalho é detalhar as contribuições de Fávero para a linguística textual brasileira, em seu primeiro momento, seguindo aproximadamente<sup>1</sup> a divisão proposta por Koch (1999). Para tanto, selecionaram-se textos produzidos entre os anos de 1980 e 1986, concernentes a artigos, anais de congressos, livros e capítulos de livros.

Acerca das categorias de análise definidas, destacamos: as principais ideias linguísticas exaradas nos documentos; os principais autores que embasaram os estudos; a relevância do conhecimento produzido pela autora no período em questão. Quanto ao componente epi-historiográfico que embasou a análise, valemo-nos das contribuições de Bentes (2001), Fávero (2017, 2019, 2021), Galembeck (2015) e Koch (1997, 1999, 2003).

O trabalho estrutura-se nas seguintes partes, além desta introdução e da conclusão: 1. Breve contexto histórico da linguística; 2. A década de 1980 no Brasil: clima de opinião; 3. O percurso de Leonor Fávero rumo à linguística textual; 4. *Linguística Textual: introdução* (1983), de Fávero e Koch — um marco na história dos estudos do texto no Brasil; e 5. Estudos posteriores: de 1984 a 1986.

---

1 Dizemos aproximadamente porque, na delimitação original, Koch (1999) considera o *primeiro momento* até o ano de 1985. Entretanto, neste trabalho, consideramos as produções de Leonor Fávero até 1986. Ademais, vale ressaltar que, de todo o material que encontramos, apenas alguns textos foram selecionados, dadas as dimensões do presente artigo.

# 1. Breve contexto histórico da linguística

## 1.1 A linguística do sistema

Durante o século XIX, os estudos linguísticos, de modo geral, fundamentaram-se na linguística comparada e na linguística histórica ou diacrônica. A primeira, com origem no fim do século XVIII, tinha como foco a transformação das línguas e a afinidade existente entre elas. Assim, seu objetivo principal era a busca do parentesco entre as línguas, e não a história de sua evolução. Segundo Carboni (2012, p. 27): “Mesmo procurando demonstrar que as afinidades morfológicas ou fonéticas entre duas línguas não se deviam ao acaso, mas a uma genética comum, os comparatistas limitavam-se metodologicamente à análise interna das línguas estudadas, ignorando suas histórias”.

No século XIX, houve uma mudança no conceito de história. Em linhas gerais, abandonou-se a descrição da vida dos monarcas e dos eventos políticos, passando-se a tratar da vida dos cidadãos comuns. Nesse novo contexto, a história interna das línguas passou a focalizar temas como a definição das leis fonéticas e a reconstrução da protolíngua indo-europeia. Com essa perspectiva, fica evidente a estreita relação entre a linguística histórica e o método comparativo. De acordo com Carboni (2012, p. 31),

A Linguística Histórica pretendia-se essencialmente científica. Ela defendia o estudo não da origem da linguagem, mas das transformações conhecidas pelas línguas, a partir de fase comum indo-europeia. No final do século XIX, os neogramáticos – *Junggrammatiker* – defenderam o princípio da constância e da regularidade absoluta das leis fonéticas.

Ao estabelecer esse princípio, houve avanços significativos nos estudos realizados, sendo, segundo Weedwood (2002, p.109), sua principal realização [...] não apenas perceber a mais claramente do que seus antecessores a ubiqüidade da mudança lingüística, mas colocar sua investigação científica em base mais sólida por meio do método comparativo. Porém, no fim do século

XIX, muitas críticas foram direcionadas à linguística histórica, levando-a ao descrédito. Por conseguinte, passaram a circular as ideias de Saussure, que deram origem ao estruturalismo ou à linguística sincrônica.

Em 1916, foi publicada a obra *Curso de Linguística Geral*, atribuída a Ferdinand de Saussure, que deu nova direção aos estudos linguísticos. Esse autor rompeu com os neogramáticos ao propor uma dupla distinção fundamental para os estudos da linguagem: a oposição diacronia/sincronia e pesquisa histórica vs. pesquisa descritiva. Além dessas oposições, considerava a oposição entre a *langue* e a *parole*, na qual a *langue* é o sistema — objeto de estudo da linguística —, entendida como o conjunto de regras que determinam o uso dos sons, das formas e relações necessárias para a produção de significado, ao passo que a *parole* corresponderia à fala. Devem ser acrescidas a essas oposições estas outras: gramática normativa vs. gramática descritiva e a paradigma vs. sintagma.

A partir da divulgação das ideias atribuídas a Saussure, desencadeou-se, na Europa, o *movimento estrutural*, que apresentava as seguintes características:

- a. estudo de enunciados efetivamente realizados;
- b. exclusão de qualquer consideração da situação ou da enunciação (inferências da da língua);
- c. tentativa de efetuar a descrição desses enunciados, e não a sua explicação.

Para atingir essas metas, foi proposta uma teoria dos níveis, que vai do nível mínimo, o fonológico, ao máximo, o fraseológico, sendo o nível médio, o morfossintático.

Esses níveis eram hierarquizados, e cada um deles continha unidades do nível anterior. A identificação das unidades era feita pela função de contraste, na cadeia sintagmática, e de oposição, na cadeia paradigmática, sendo a comutação a operação que punha em funcionamento ambas as

funções. Assim, a proposta associada a Saussure foi abordar qualquer língua como um sistema de signos, ou seja, um conjunto de unidades organizadas, constituindo um todo, em que cada um de seus elementos só poderia ser definido por relações de equivalência ou oposição mantidas como os demais elementos. Esse conjunto de relações, o sistema, foi denominado por outros linguistas de estrutura da língua.

No decorrer do tempo, o estruturalismo, como método, passou a ser aplicado na análise, além da língua, de outras disciplinas e áreas do conhecimento, entre elas, a literatura, a antropologia, a filosofia da matemática, a psicologia e a sociologia, bem como na cultura e na sociedade. Por essa razão, foi considerado também uma corrente de pensamento presente nas ciências humanas, cujo modelo era a linguística, observando a realidade a partir de um conjunto elementar ou formal de relações. Essa expansão acabou por fracionar o estruturalismo, levando Dosse (1994, p.16) a indagar:

Estruturalismo ou estruturalismos? Ao término do percurso triunfal dos estruturalistas que marcou de forma indelével os anos 50 e 60, descrito no primeiro volume, *O Campo do Signo*, da presente obra, parece evidente que o fenômeno engloba uma realidade plural, lógicas disciplinares e indivíduos particulares. [...]

Mas a partir de 1967, não tardaram em aparecer as primeiras fissuras, as quais vão revelar o caráter freqüentemente artificial dos reagrupamentos do primeiro período. Cada um trata de recuar, procurar mudar de rumo a fim de evitar o qualificativo de estruturalista, jura até que nunca foi, com a exceção de Claude Lévi-Strauss, que prossegue à margem dos riscos e acasos da atualidade. [...]

O êxito institucional do estruturalismo graças ao movimento de maio de 1968 vai constituir, por seu lado, uma etapa essencial na banalização / assimilação de um programa que perdeu seu estandarte de revolta contra a tradição, de contra-cultura, para converter-se num dos horizontes teóricos, mas silenciosos, da pesquisa no domínio das ciências sociais.

Em suma, essa foi uma das linhas teóricas da linguística do sistema. Passamos, agora, a abordar a segunda, o gerativismo, de Noam Chomsky.

Como vimos, O estruturalismo predominou na linguística até os anos 1950. Nessa última fase, nos Estados Unidos, um ex-aluno de Zellig Harris, Noam Chomsky, fez críticas à corrente teórica à qual seu professor se filiava, o distribucionismo, afirmando que ela tinha forte caráter classificatório, era excessivamente fundamentada nos dados e dava pouca relevância à teoria. Assim, em 1957, ele propôs a gênese do que seria um dos maiores empreendimentos linguísticos da história dessa ciência, com a publicação da obra *Syntactic Structures*, que, segundo Weedwood (2002, p.132), tornou-se “um divisor de águas na lingüística do século XX”.

Segundo essa autora, a partir daí, Chomsky, em seus trabalhos, passou a desenvolver o conceito de uma gramática gerativa, totalmente distinta das correntes teóricas até então desenvolvidas, tendo como objetivo mostrar que “as análises sintáticas da frase praticadas até então eram inadequadas em diversos aspectos, sobretudo porque deixavam de levar em conta a diferença entre os níveis ‘superficial’ e ‘profundo’ da estrutura gramatical” (WEEDWOOD, 2002, p. 132). Assim, ao se analisarem, no nível superficial, dois enunciados com certa semelhança estrutural, eles poderiam ser examinados da mesma forma; porém, do ponto de vista de seu significado subjacente, divergiriam semanticamente. Portanto, um dos objetivos do estudioso era apresentar uma gramática gerativa como recurso analítico, que considerasse o nível subjacente da estrutura.

É importante lembrar que, antes desses dois níveis, o teórico propôs que a gramática sintagmática apresentava dois tipos de regras: as sintagmáticas, que geravam estruturas abstratas, e as de transformação, que transmudavam essas estruturas abstratas nas sequências terminais, que são as frases da língua (ORLANDI, 1990, p.42).

Destaca Weedwood (2002) que, para atingir o objetivo de criação de uma gramática gerativa, Chomsky estabeleceu uma distinção fundamental entre o conhecimento que uma pessoa tem das regras de uma língua e o uso efetivo dessa língua em situações comunicativas reais. Ele denominou o primeiro de competência, e o segundo, de desempenho. Caberia à linguística,

como ciência, focalizar a competência, e não se limitar ao desempenho, pois este último era típico dos estudos anteriores, e as amostras gravadas (*corpora*)

[...] eram inadequadas porque só podiam oferecer uma fração ínfima dos enunciados que é possível dizer numa língua; também continham diversas hesitações, mudanças de plano e outros erros de desempenho. Os falantes usam sua competência para ir muito além das limitações de qualquer *corpus*, sendo capazes de criar e reconhecer enunciados inéditos, e de identificar erros de desempenho. A descrição das regras que governam a estrutura desta competência era, portanto, o objetivo mais importante. (WEEDWOOD, 2002, p. 133)

Essa pesquisadora ainda destaca que as proposituras chomskyanas tinham como meta descobrir as realidades mentais subjacentes ao modo como as pessoas utilizam a língua(gem), sendo a competência considerada um aspecto da capacidade psicológica geral dos seres humanos. Por essa razão, para Chomsky, a linguística seria uma disciplina mentalista, com estreita ligação com os gramáticos de Port-Royal, diferenciando-se, portanto, das correntes de pensamento presentes na primeira metade do século XX. É importante apontar que o linguista americano tinha em mente um propósito mais amplo:

[...] oferecer uma gramática capaz de avaliar a adequação de diferentes níveis de competência, e ir além do estudo das línguas individuais para chegar à natureza da linguagem humana como um todo (pela descoberta dos “universais linguísticos”). Deste modo, esperava-se, a linguística poderia dar uma contribuição a nosso entendimento da natureza da mente humana (WEEDWOOD, 2002, p. 134).

Assim, em seus estudos, enfatizava que a capacidade de produzir e estruturar frases é inata no ser humano; logo, integra seu patrimônio genético, fazendo parte da gramática universal. Essas questões foram discutidas no seu *programa minimalista*, ou seja, em suas pesquisas finais antes de se dedicar às questões sociais.



Em 1965, lançou o livro *Aspects of the Theory of Syntax*, que se tornou referência para o gerativismo. A proposta por ele introduzida ficou conhecida como teoria-padrão, teoria-*standard* ou modelo-*aspects* e apresenta três componentes: um central, o sintático, e dois interpretativos, o semântico e o fonológico.

De acordo com Orlandi (1990), o componente sintático, constituído pela base, é o gerador das estruturas profundas e das transformações que levam às estruturas superficiais. Os dois componentes interpretativos articulam-se ao sintático e, assim, a interpretação semântica recai sobre a estrutura profunda, e a interpretação fonológica, sobre a superficial.

Certamente, foram grandes e significativas as contribuições de Chomsky para a linguística, mas é importante destacar que ele focalizou a língua por si mesma, ou seja, em sua imanência. Apresentou um falante ideal, não corpóreo, e foi reticente quanto à aceitação da semântica em sua teoria. Esses fatores contribuíram para que os estudos formalistas fossem preteridos, com a ampliação das pesquisas que passaram a integrar a linguística do discurso.

## 1.2 A linguística do discurso

Nos mesmos anos 1950, em que o estruturalismo e o gerativismo predominavam nos estudos linguísticos, ocorreu o aparecimento de teorias distintas. Na França, por exemplo, desenvolveu-se um trabalho sobre a linguagem, liderado por Émile Benveniste, cujo centro das discussões era a semântica. Segundo Flores *et al.* (2008, p.49), ele lançou uma coletânea, formada por artigos já publicados, na qual apresentava uma teoria linguística, a que denominou *teoria da enunciação*. É relevante lembrar que a semântica foi, das áreas da linguística, a que mais tardiamente se desenvolveu, sendo modernamente considerado seu iniciador Michel Bréal, em artigo publicado em 1883, no qual traçou um programa para a nova ciência. Além de Benveniste,

muitos outros estudiosos se voltaram para questões sobre a linguagem, entre eles Paul-Michel Foucault, Jacques Marie Émile Lacan e Jacques Derrida.

Nas décadas de 1960 e 1970, houve uma intensificação das atividades ligadas à linguística: Michel Pêcheux e Jean Dubois formaram uma parceria que discutia a linguagem numa relação entre filosofia e linguística, dando origem à análise do discurso. O que os aproximou foi o interesse pelo marxismo e pela política. Por conseguinte, a análise do discurso rompeu com a tradição: a leitura como subjetividade do leitor, baseada no aparelho da gramática e marcada pelo comentário político, deveria ser substituída pelo discurso político, como uma teoria não subjetiva, como uma temática não subjetiva, não prevendo explicação do texto nem presença de métodos estatísticos.

Bentes (2001, p.245) mostra que, na década 1960, Harald Weinrich, estudioso alemão, foi um dos primeiros a empregar o termo *linguística de texto* e já defendia que deveria ser necessariamente aplicado a toda a linguística. A autora também destaca que Ingedore Koch (1994), no artigo *Linguística Textual: retrospecto e perspectivas*, e Luiz Antônio Marcuschi (1998), em sua conferência *Rumos Atuais da Linguística Textual*, apresentada no LXVI Seminário do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, fazem referência a diversos autores americanos e europeus que pertenciam à primeira geração que “propunha o texto como uma unidade legítima dos estudos lingüísticos e dava uma guinada no tratamento da língua” (BENTES, 2001, p.246).

A pesquisadora também retoma o texto *Discurso e ideologia: bases para uma pesquisa* (1994), de Denise Maldidier, Claudine Norman e Régine Robin, em que as autoras fazem um breve histórico da formação do campo dos estudos do discurso na França, no qual discutem interesses e problemas de diferentes abordagens, como as semiológicas (Roland Barthes), as pesquisas sobre pressuposições (Oswald Ducrot) e a da elaboração do conceito de enunciação (Émile Benveniste), para depois introduzirem a análise do discurso de linha francesa. Bentes (2001, p.246) finaliza essa apresentação

afirmando: “Todas essas abordagens podem ser vistas como fazendo parte deste esforço, iniciado na década de sessenta, de construir uma Linguística para além dos limites da frase, a chamada “Linguística do Discurso”.

É nessa linguística que se insere a linguística textual, que passou a fazer parte da agenda de pesquisa brasileira na década de 1980. Seguindo os princípios metodológicos da historiografia linguística, fazemos, a seguir, uma breve contextualização da política, da economia e da linguística desse período.

## **2. A década de 1980 no Brasil: o clima de opinião**

Em texto publicado no ano de 2018, Palma e Franco reconstituíram o espírito de época do período, apresentando um panorama da sociedade dentro e fora do Brasil, bem como do estado da arte dos estudos linguísticos desenvolvidos no país naquela ocasião. As informações das autoras serviram-nos de base para as considerações que aqui tecemos sobre o decênio em foco

Considerando-se a década 1980, em termos mundiais, o período caracterizou-se por inúmeros acontecimentos políticos e sociais, dos quais se destacam o fim da idade industrial e o início da idade da informação. Com relação à América Latina, a cena se modifica, pois, nessa área, o decênio foi considerado “a década perdida”. No Brasil, durante os primeiros cinco anos, o país ainda vivia sob a ditadura militar que, paulatinamente, passou a ser rejeitada. Foi, portanto, o momento de reabertura política.

Nesse período, houve três fases distintas. A primeira delas foi a de distensão, no governo do general Geisel, que passou por momentos de abertura e de retrocesso. Contudo, no entender de Fausto (2006), a abertura era necessária, pois as forças armadas, durante a repressão, tiveram sua hierarquia abalada, a ponto de comprometer

os princípios básicos da instituição, trazendo riscos à sua integridade. Para restaurar a hierarquia, tornava-se necessário neutralizar a linha

dura, abrandar a repressão e, ordenadamente, promover a “volta dos militares aos quartéis” (FAUSTO, 2006, p. 271).

O segundo momento ocorreu no governo do general João Batista Figueiredo, que tentou conciliar dois aspectos que se opunham frontalmente: a abertura política e a crise econômica. Todavia, a política econômica de Delfim Neto, em 1980, levou o país a um período de recessão entre os anos de 1981 e 1983, com altos índices de inflação. Consequentemente, foi necessário solicitar auxílio ao FMI, em fevereiro de 1983. Nesse contexto, o país viveu um período de estagnação, no qual houve “reduções no PIB, aumento da dívida externa e o *deficit* público em decorrência das taxas internacionais de juros e aumento da dívida interna em função da política expansionista do Governo. Em contrapartida, resultante da pressão popular, nela amplia-se a abertura política” (PALMA; FRANCO, 2018, p. 12).

Vale ressaltar que, um pouco antes, em 1979, foi aprovada a lei para a organização dos partidos políticos, com destaque para a obrigatoriedade de inserir a palavra “partido” antes no nome. Assim, surgiram o Partido do Movimento Democrático Brasileiro e o Partido Democrático Social, em lugar do MDB e da ARENA, respectivamente. Também foi nessa época que nasceu o Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1984, ocorreu a primeira eleição direta para a escolha de vereadores e governadores e, em 1985, houve a eleição indireta para a presidência da República, com um governo civil.

No campo dos estudos linguísticos, no fim da década de 1970, como bem relembra Koch (1999), circularam os primeiros trabalhos focalizados no texto. Nesse período, também se destaca a intensa atividade de algumas universidades, como a Unicamp, na qual se desenvolviam estudos acerca do discurso e da semântica argumentativa. Aos poucos, também se traduziram obras como *Semiótica Narrativa e Textual*, de Chabrol *et al.*, e *Linguística e Teoria do Texto*, de Schimidt.

De acordo com a autora, esses dois títulos foram seminais para a adoção de uma perspectiva teórica voltada ao texto, que desembocou no

surgimento da linguística textual no Brasil. Nesse contexto, inseria-se nossa homenageada que, como veremos doravante, teve papel fundamental na introdução desse campo em nosso país.

### 3. O percurso de Leonor Lopes Fávero rumo à linguística textual: motivações

Conforme nos conta a própria Leonor Fávero, seu interesse pelos estudos textuais iniciou-se ainda nos anos de 1970, em virtude de algumas lacunas encontradas na gramática acerca de assuntos diversos, tais como a pronominalização, o uso de artigos, a correspondência entre os tempos do indicativo e do subjuntivo<sup>2</sup> e as relações entre orações não ligadas por conjunção (FÁVERO; ELIAS; CAPISTRANO JR, 2021, p. 18). Vale ressaltar que, na ocasião, era ela professora titular da PUC-SP, que abrigava o Instituto de Pesquisas Linguísticas *Sedes Sapientiae*<sup>3</sup> para Estudos do Português, cujo trabalho pretendia, já àquela época, conjugar a pesquisa científica ao ensino de língua portuguesa.

Capitaneado por Madre Olívia, coordenadora do IP, um dos projetos que merece destaque se intitulava “Problemas no estudo e ensino da língua portuguesa”, desenvolvido a partir de 1978, com base em estudos anteriormente realizados. Seus objetivos, entre outros, eram: promover uma descrição da língua portuguesa, bem como uma explicação de seus diferentes usos; subsidiar a elaboração de uma gramática científica; preparar conteúdos

---

2 No texto original, a autora utiliza a expressão *consecutio temporum*.

3 Fundado em 1962 por Madre Olívia (Cília C. P. Leite), o *Centro de Pesquisas Linguísticas para Estudos do Português* (CEN-PES) proporcionava aos discentes do curso de Letras o ingresso no universo da pesquisa. Após a reforma da PUC-SP, ocorrida em 1971, a denominação “centro” passou a designar o “conjunto de várias faculdades” e, por essa razão, em 1976, a fundadora resolveu alterar seu nome, pelo qual é conhecido até hoje (Cf. PALMA; BASTOS, 2017; LEITE; SILVEIRA, 1980).

para uma gramática pedagógica em consonância com os estudos linguísticos; e elaborar jogos de teor pedagógico (LEITE; SILVEIRA, 1980, p. 100).

A justificativa do empreendimento dava-se sobretudo pelo chamado “problema da gramática”. De acordo com Leite e Silveira (1980, p. 100), após a chegada dos estudos linguísticos ao Brasil, a crise no ensino de português agravou-se, uma vez que as gramáticas em vigor não eram suficientes, distando consideravelmente daquilo que preconizava a ciência da linguagem. Por conseguinte, muitos professores viam-se perdidos e, muitas vezes, buscavam soluções sem respaldo nem rigor científico. Assim, urgia a reformulação desses manuais, com base em dados advindos de pesquisas produzidas no âmbito da linguística.

Desse cenário, nossa homenageada participou ativamente, não só na qualidade de professora da PUC-SP, como também de colaboradora em alguns dos trabalhos lançados pelo IP, dentre os quais citamos: o artigo *Semântica Fundamental*, publicado na *Revista da PUC/SP* em 1976; o artigo *Pesquisa em Língua Portuguesa a serviço da comunidade*, publicado pela *Revista da PUC/SP* em 1978; e a edição experimental do manual *Signos linguísticos em português — “A unidade básica não é a ‘palavra’, e sim o signo lingüístico”*, lançada em 1980. Logo, é possível constatar que as inquietações que a motivaram a preencher as lacunas existentes na gramática advinham não só do exercício do magistério, mas também de intensa pesquisa, empreendida pelo Instituto de Português ao qual estava vinculada.

Ainda em meados dos anos 1970, teria ela recebido, de um amigo residente na Itália, duas obras muito discutidas à ocasião: *Introduzione alla linguística del texto* (1974), tradução italiana do original alemão *Einführung in die Textlinguistik* (1972), de Wolfgang Dressler; e *La linguística textuale* (1977), coletânea organizada pela então docente da *Università degli Studi di Pavia*, Maria Elisabeth Conte<sup>4</sup> (FÁVERO; ELIAS; CAPISTRANO JR., 2021,

---

4 Vale ressaltar que Conte foi uma das responsáveis pela introdução dos estudos da linguística textual e da pragmática na Itália.

p. 18). A partir desse momento, passou a se delinear a sua aproximação com os estudos textuais em voga na Europa e ainda pouco conhecidos no Brasil

No início de 1980, Fávero continuou a participar ativamente do grupo de pesquisadores do IP-PUC/SP e, àquela altura, já era possível observar uma mudança, ainda que discreta, na perspectiva dos estudos empreendidos. À guisa de exemplo, mencionamos as metas de trabalho estabelecidas para o decênio, divulgadas em abril de 1980:

Encerrando a década de 70, as pesquisas abrem caminho para as bases de uma Gramática Científica de Português, que se propõe, ao que tudo atualmente indica, como devendo ser *transfrasal*. A partir de 1980 as investigações esperam focalizar a Gramática Portuguesa de textos, fundamentada em signos lingüísticos, relações-com-valores (LEITE; SILVEIRA, 1980, p. 119, grifo das autoras).

Das palavras das autoras, merece destaque o fato de considerarem a possibilidade de uma gramática científica *transfrasal*. Acerca das chamadas *análises transfrásticas*, Galembek (2015) as situa como um estágio primeiro da linguística textual, no qual se parte da frase para o texto — ou seja, este último ainda não o objeto de análise propriamente dito. Segundo o autor, o surgimento dessas análises deve-se à percepção de que determinados fenômenos ultrapassavam os limites da frase. Passa-se, então, a um exame diferenciado de alguns elementos, sobretudo os “[...] vínculos interfrásticos (elementos coesivos)” (*id., ibid.*, p. 48).

Nessa mesma época, passaram a circular mais amiúde termos como *contexto* e *interação*, e o primeiro pode ser observado no título da obra *A frase no texto/contexto: uma nova perspectiva para o estudo da frase*, de Leonor Fávero e Edna Maria Barian, publicada em 1980. Na apresentação do livro, as pesquisadoras assim se pronunciam:

Destina-se este compêndio — resultado de pesquisas que estamos empreendendo no IP [...] — aos estudantes e professores de Língua Portuguesa, no sentido de trazer-lhes algumas contribuições para o estudo da frase sob uma nova perspectiva: o texto/contexto [...]. Seu verdadeiro

objetivo é o de contribuir para que o ensino dos fatos gramaticais seja ministrado no maior nível de coerência possível, objetivo este que esperamos atingir numa tarefa conjunta: examinando gramáticas, revendo — quando necessário — algumas informações lingüísticas, trabalhando frases no texto/contexto, buscando novas soluções para as dificuldades encontradas por todo aquele que está interessado em melhor explicar as estruturas de nossa língua [...] (FÁVERO; BARIAN, 1980, p. 7, grifos nossos).

Mais adiante, na introdução, faz-se uma diferenciação entre aquilo que as autoras chamam de *situação* e o *contexto*. Para tanto, valem-se de uma citação de Evanildo Bechara, extraída da 18ª edição (1970) de sua conhecida *Moderna Gramática Portuguesa*. Quanto ao primeiro termo, ele é entendido como o ambiente físico em que se instaura a comunicação. Em relação ao segundo, trata-se do ambiente linguístico no qual se encontra a oração e que “não se limita a uma frase, mas abrange também o texto como ‘conjunto coerente de frases’” (FÁVERO; BARIAN, 1980, p. 10).

Merece destaque a noção de texto apresentada ao fim do período, ressaltada em nota de rodapé, no qual afirmam se tratar do “sentido tradicional, usual do termo texto” (p. 10). Justifica-se o emprego de tal definição como forma de simplificar o entendimento ao público-alvo daquele compêndio, cujo foco não era discutir teorias. Essa concepção, em grande medida, vincula-se ao estado de arte dos estudos linguísticos do Brasil que, àquela altura, ainda se via ligado a uma perspectiva interfrasal ou transfrástica, segundo a qual “as propriedades definidoras de um texto estariam expressas principalmente na forma de organização do material linguístico [...] existiriam então textos (seqüências lingüísticas coerentes em si) e não-textos (seqüências lingüísticas incoerentes entre si)” (BENTES, 2001, p. 253).

Ainda no referido prefácio, sugere-se a leitura de *Linguística e Teoria de Texto*, de Siegfried J. Schmidt, mencionado por nós na seção anterior. Vale ressaltar que, nesse livro, o autor faz referência a diversos estudiosos praticamente desconhecidos no Brasil, fornecendo um panorama do que se vinha estudando na Alemanha até então (SCHURMANN, 1978, p. XIII).



Merecem destaque os nomes de H. P. Althaus e de H. Henne, que “[...] concebem a comunicação lingüística como parte de uma interação social, enquanto, no mesmo ano e dentro das perspectivas de uma linguística pragmática”, bem como o de D. Wunderlich, que enfatiza “[...] que a análise pragmática da língua se efetua em referência aos indivíduos que a utilizam e aos contextos de atuação e de ordem sócio-cultural nos quais isto ocorre”.

Como vemos, nossa homenageada, paralelamente à pesquisa de subsídios para o ensino de português, estava em contato com as novas perspectivas de análise textual que, aos poucos, afluíam ao Brasil. No que concerne à produção aqui desenvolvida, o marco inicial dessa abordagem foi o artigo *Por uma gramática textual*, de autoria de Ignácio Antonio Neis, publicado em 1981 na revista *Letras de Hoje*, do programa de pós-graduação em letras e linguística da PUC-RS.

O estudo tinha o objetivo de apresentar uma breve visão de conjunto do advento e do objeto de estudo da chamada *gramática textual* (FÁVERO, 2019). No percurso proposto, entre outros aspectos, faz-se um apanhado das contribuições que culminaram com o surgimento da nova abordagem e elencam-se alguns elementos básicos que figurariam como o seu objeto. A partir de então, nos anos seguintes, segundo Koch (1999), a produção intelectual dos autores brasileiros acerca da linguística textual passou a se intensificar e, nesse cenário, Leonor Lopes Fávero desempenhou papel de destaque.

#### **4. *Linguística Textual: introdução* (1983), de Fávero e Koch — um marco na história dos estudos do texto no Brasil**

No ano seguinte à publicação do artigo de Neis, Leonor Fávero teria convidado Ingedore Koch, também docente da PUC-SP à ocasião, para escrever sobre a linguística textual. Dessa parceria, resultou aquela que pode ser considerada uma das primeiras obras a tratar especificamente do

tema no Brasil, intitulada *Linguística textual: introdução*, que veio a lume em 1983. Lançada no IV Congresso de Língua Portuguesa da PUC-SP — ocorrido de 02 a 04 de junho de 1983 —, destinava-se, naquele momento, “a estudantes universitários e, de modo especial, a pós-graduandos, interessados em colocar-se a par das teorias sobre o texto surgidas [...] em diversos países, especialmente da Europa” (FÁVERO; KOCH, 1983, p. 10).

Vale ressaltar que, no mesmo evento, esteve presente Luiz Antônio Marcuschi, professor da Universidade Federal de Pernambuco, a convite de nossa homenagem (FÁVERO, 2019). Na ocasião, teria ele elaborado uma conferência da qual resultou a obra *Linguística de Texto: o que é e como se faz*, dada à estampa naquele mesmo ano, na série *Debates* da UFPE, e que também é considerada um marco nos estudos linguísticos do texto em nosso país.

O livro de Fávero e Koch foi dividido em três capítulos, intitulados respectivamente: a) A Linguística Textual; b) Precursores da Linguística Textual; e c) A Linguística Textual na Europa. A seguir, sintetizamos cada uma dessas partes, destacando aspectos que consideramos de relevo para aquele momento.

No primeiro capítulo, as autoras inicialmente tratam da origem LT, com destaque para os estudos desenvolvidos na Alemanha, a partir da década de 1960. Comentam também as diferentes denominações que os estudos focalizados no *texto* receberam ao longo do tempo e enumeram as principais causas do surgimento das chamadas *gramáticas textuais*, enfatizando que muitas questões deixadas em aberto pela *gramática de frase* só poderiam ser elucidadas “em termos de texto, ou, então, com referência a um contexto situacional” (FÁVERO; KOCH, 1983, p.12).

Posteriormente, apresentam-se os principais momentos, considerados “fundamentais na passagem da teoria da frase à teoria de texto” (p. 13), baseando-se, para tanto, nas considerações de Conte (1977), que constam da já referida coletânea *La Linguística Textuale*. Ademais, discutem-se o conceito de *gramática textual* e sua relevância.

Merecem destaques as próximas partes do primeiro capítulo, em que se mobilizam o(s) conceito(s) de *texto* e de *discurso*, pois, nesse momento, circunscreve-se aquilo que seria o objeto da linguística textual: o texto delimitado, “cujo início e cujo final são determinados de um modo mais ou menos explícito” (p. 18). Também nessa parte, afirma-se que a segmentação e a classificação de um texto podem ser realizadas desde que ele não perca sua função, uma vez que não pode mais ser definido como “simples seqüência de cadeias significativas” (p. 19).

Ao tratar dessa questão, deixa-se clara a pertinência de se considerarem os “elementos estruturadores” do texto, por exemplo, os que desempenham papel de “conectores além da fronteira da frase” (p. 20), promovendo relações de retomada ou de projeção, denominados *anafóricos* e *catafóricos*, respectivamente. Mais ao fim da primeira parte, as pesquisadoras sintetizam os conceitos de texto e discurso, assim entendidos:

[...] *texto* em sentido *lato*, designa toda e qualquer manifestação da capacidade textual do ser humano [...], isto é, qualquer tipo de comunicação realizado através de um sistema de signos. Em se tratando da linguagem verbal, temos o *discurso*, atividade comunicativa de um falante, numa situação de comunicação dada, englobando o conjunto de enunciados produzidos pelo locutor (ou por este e seu interlocutor, no caso do diálogo) e o evento de sua enunciação. O discurso é manifestado, linguisticamente, por meio de textos (em sentido *estrito*). Neste sentido, o texto consiste em qualquer passagem falada ou escrita, que forma um todo significativo, independente de sua extensão. Trata-se, pois, de uma unidade de sentido, de um contínuo comunicativo contextual que se caracteriza pela *coerência* e pela *coesão*, conjunto de relações responsáveis pela *tessitura* do texto (p. 25, grifos da autoras).

No fragmento, é evidente o avanço no conceito de texto, não mais concebido como um “conjunto coerente de frases”, tal como defendera nossa homenageada em Fávero e Barian (1980). Ademais, essa ideia já tinha sido questionada por Neis (1981), no artigo anteriormente mencionado. De todo modo, é válido comentar que, ainda naquele momento, preponderava uma

visão mais concreta ou palpável de texto, ou seja, ele “[...] é encarado como uma unidade que, apesar de teoricamente poder ser de tamanho indeterminado, é, em geral, delimitada, com um início e um final mais ou menos explícito” (BENTES, 2001, p. 253). Também merece destaque a presença dos termos “coerência”, “coesão” e “tessitura”, sinalados no original. No caso da *coesão*, por exemplo, ela aparece no sentido daquilo que Neis (1981) teria chamado de *coerência microestrutural* (Cf. FÁVERO, 2019).

No segundo capítulo, as autoras procuram situar temporalmente a linguística textual, caracterizando os seus *precursores lato e stricto sensu*. No primeiro grupo, figuravam: a antiga retórica, a estilística e os formalistas russos. Com relação à antiga retórica, duas de suas cinco partes teriam influenciado sobremaneira a forma de se analisar linguisticamente o texto: “a *dispositio* (ordenação do pensamento) e a *elocutio* (a sua formulação lingüística)” (FÁVERO; KOCH, 1983, p. 28), relacionadas, no livro, à macro e à microestrutura textual. Acerca da estilística, sua importância devia-se ao fato de ter sido considerada o campo que se ocupava do estudo das relações estabelecidas “acima do nível da frase” (p. 29). Já os formalistas russos teriam sido responsáveis pela introdução do conceito de *imanência*, segundo o qual a estrutura textual deve ser estudada *per se*, “rejeitando qualquer consideração exterior a ele” (p. 29).

Com relação ao segundo grupo, citam-se autores de forma mais específica, a maioria relacionada à fase da chamada *lingüística estrutural*. De acordo com as pesquisadoras, esses estudiosos teriam contribuído com “diversas reflexões voltadas para o texto, entre elas análises funcionais das frases e germes de análises do discurso” (p. 29). São eles: Hjelmslev, Harris, Pike, Jakobson, Benveniste e Pêcheux. Aqui merece destaque a menção feita a Benveniste, um dos precursores nos estudos acerca do discurso, segundo o qual era necessário “incorporar aos estudos lingüísticos os fatos envolvidos no evento de produção dos enunciados” (p. 31).

Por fim, no terceiro capítulo, Fávero e Koch fazem um apanhado das pesquisas que vinham sendo empreendidas na Europa, especialmente

no campo da chamada *gramática textual*. De saída, esclarecem que, *grosso modo*, uma parte delas filiava-se à escola estruturalista, “empenhando-se na descrição das propriedades específicas do discurso e/ou do texto” (p. 37); e a outra vinculava-se à escola gerativista, pretendendo “construir modelos de gramáticas textuais, através da pesquisa de macroestruturas semânticas subjacentes aos diversos tipos de textos” (p. 37). Em suma, mencionam-se os nomes de M. A. K Halliday, H. Weinrich, O. Ducrot, H. Isenberg, E. Lang, W. Dressler e T. Van Dijk.

Consideradas as proporções do presente artigo, ocupamo-nos das considerações feitas a Halliday, pois alguns dos seus conceitos seriam amplamente estudados por pesquisadores brasileiros nos anos subsequentes, tal qual afirmam Koch (1999) e Fávero e Molina (2017). Ao tratarem desse teórico, as pesquisadoras evocam o conceito de texto por ele postulado em parceria com Hasan<sup>5</sup>, em 1973, segundo o qual:

Ele não consiste numa simples soma de períodos ou orações, mas é realizado por seu intermédio. A textualidade — aquilo que faz com que um texto seja um texto — depende, em grande parte, de certos fatores responsáveis pela *coesão textual*, conceito semântico que se refere às relações de sentido que se estabelecem entre os enunciados que compõem o texto, fazendo com que a interpretação de um elemento qualquer seja dependente da de outro(s) (FÁVERO; KOCH, 1983, p. 38).

Desse fragmento, frisamos não somente a visão acerca do texto, já discutida no primeiro capítulo do livro, mas também a presença da palavra “textualidade”, definida como a propriedade que faz com que “um texto seja um texto”. Do mesmo modo, alude-se, mais uma vez, à “coesão textual”, definida como as relações de sentido estabelecidas entre as partes que compõem um texto, da qual dependeria a sua interpretação. Ainda acerca desse conceito, as autoras assim se pronunciam:

---

5 Na obra *Cohesion in Spoken and Written English*, publicada em 1973.

O que possibilita o estabelecimento das relações coesivas, como também de outras relações semânticas, é a organização do sistema lingüístico em três níveis: o semântico (significado), o léxico-gramatical (formal) e fonológico-ortográfico (expressões); os significados são codificados como formas, e estas são realizadas como expressões. Desse modo, a coesão é obtida parcialmente através da gramática e parcialmente através do léxico. Os principais fatores de coesão textual são: a *referência*, a *substituição*, a *elipse*, a *conjunção* (conexão) e a *coesão lexical* (p. 38, grifos das autoras).

Como vemos, além de definir aquilo que entendem por *coesão textual*, a partir da perspectiva de Halliday e Hasan (1973), Fávero e Koch apresentam os principais aspectos responsáveis pelo seu estabelecimento. Acerca da referência, delimitam-se três tipos: a *pessoal*, a *demonstrativa* e a *comparativa*. É nesse âmbito que se localizam as relações *anafóricas* e *catafóricas*, exemplificadas por meio de sentenças que mostram principalmente o papel de alguns pronomes nesse processo, como podemos ver no seguinte exemplo: “(1) *Paulo* é um amigo fiel. ELE sempre me deu provas disto” (p. 39).

Com relação à substituição, ela é definida como “a colocação de um item no lugar de outro(s) ou até mesmo de uma oração inteira” (p. 40). Ademais, informa-se que pode ser *nominal* ou de *nomes genéricos*; neste último caso, citam-se os chamados hiperônimos, exemplificados por meio dos termos “coisa, gente, pessoa, criatura” (p. 40). Na sequência, aborda-se a *elipse*, considerada a “omissão de um item lexical recuperável pelo contexto” (p. 40). Partindo dessa premissa, entende-se que ela seria uma espécie de substituição, compreendida pelo vazio deixado na frase, que se torna subentendido.

Quanto às conjunções, faz-se uma distinção em relação aos processos anteriormente estudados, uma vez que, nesse caso, não se trata de uma situação especificamente anafórica, mas sim de uma relação mais ampla, estabelecida entre “as orações dentro do período, entre os períodos dentro de um parágrafo, entre os parágrafos no interior do texto” (p. 41). Também merece destaque o fato de as autoras se referirem não somente às conhecidas

conjunções e locuções conjuntivas, mas também aos advérbios e locuções adverbiais como responsáveis pela conexão em um texto.

Por fim, menciona-se a coesão lexical, “obtida através da reiteração de itens lexicais idênticos ou que possuam o mesmo referente, isto é, de termos sinônimos ou palavras afins, que pertençam a um mesmo campo lexical” (p. 42). Nesse momento, diferenciam-se os hiperônimos dos hipônimos, dando-se preferência ao uso destes últimos, por serem mais específicos e não deixarem o enunciado muito vago, afetando sua compreensão.

Estabelecida esta breve análise de uma das obras seminais da linguística textual no Brasil, passamos ao exame de outras produções de nossa homenageada, posteriores ao lançamento do livro. Levando em conta a existência de uma série de estudos que poderiam ser aqui examinados, optamos por considerar apenas os que encontramos nos três anos seguintes, obedecendo ao já mencionado critério estabelecido por Koch (1999), correspondente ao primeiro momento da linguística textual em nosso país.

## **5. Estudos posteriores: de 1984 a 1986.**

Conforme assinala Koch (1999, s/p.), após a publicação dos trabalhos de Neis (1981), Fávero e Koch (1983) e Marcuschi (1983), houve uma profusão de estudos no recém-inaugurado campo de pesquisa, que contemplavam os seguintes aspectos:

[...] os critérios ou padrões de textualidade propostos por Beaugrande & Dressler (1981), especialmente a coesão textual, esta enfocada em geral sob a perspectiva de Halliday & Hasan (1976), mas inspirando-se, também, nos estudos da escola funcionalista de Praga (particularmente, Daneš) quanto às questões de progressão temática; a coerência textual; a intertextualidade; a tipologia de textos; a produção/compreensão/sumarização de textos; os mecanismos de conexão (conectores semânticos e pragmático/discursivos); outros processos lingüísticos vistos sob a ótica textual (topicalização, referenciação, nominalização, tempos verbais; emprego do artigo, etc.).

No ano de 1984, Ingedore Koch publica, em parceria com nossa homenageada, o artigo *Discurso e referência*, na Revista Alfa, da Universidade Estadual de São Paulo — Unesp. O objetivo do estudo é “examinar a referência no discurso”, partindo da premissa de que aquela é uma *função global* deste. Logo no início, as pesquisadoras tratam de delimitar dois diferentes níveis presentes em um enunciado, quais sejam: “o de seu conteúdo proposicional e o de sua forma ou modo (“modus”) (KOCH; FÁVERO, 1984, p. 11). Nesse sentido, ao primeiro nível corresponderia a “descrição de um estado de coisas”, cuja veracidade ou falsidade é possível de ser identificada, uma vez que é possível recuperar, por meio dele, “o objeto ou a situação real dos fatos no mundo a que se remete” (p. 11). Já o segundo nível estaria relacionado “ao modo como aquilo que se diz é dito” (p. 11), cuja condição *sine qua non* é a linguagem, uma vez que é “constitutiva das suas próprias possibilidades de significação” (p.11).

Partindo dessa dupla constituição do enunciado, as autoras aludem às contribuições dos filósofos no intuito de tentar explicar a relação entre a linguagem e o mundo. A motivação para a elaboração desses estudos seria, mais precisamente, a necessidade de se definir, no campo da lógica e da filosofia, “o fenômeno da referência paralelamente à noção de sentido” (p. 12), já que todo discurso remete a algo que lhe é externo.

Chama a atenção o fato de as autoras se valerem de um referencial teórico de orientação predominantemente filosófica/lógica, representado por nomes como G. Frege, B. Russel, P. F. Strawson, K. Donellan, W. Quine e S. Krikpe. No entanto, também estão presentes linguistas propriamente ditos, mais especificamente os semanticistas M. Galmiche e C. Vogt (o único autor brasileiro), bem como o especialista em enunciação e argumentação O. Ducrot.

Em linhas gerais, pode-se dizer que a concepção de língua subjacente ao estudo é a de interação e, por conseguinte, o texto é considerado um “evento comunicativo em que convergem ações interlocutivas, as quais se constituem no diálogo estabelecido entre os indivíduos, que, situados num determinado contexto social, constroem objetos de discurso operando com estratégias



textual-discursivas” (SILVA, 2019, p. 151). Embora o termo *texto* não apareça nenhuma vez, é lícito considerar que ele ainda se mantém atrelado ao conceito de *discurso*, figurando como “manifestação concreta” deste último.

Prova disso é que, na sequência, são elencados elementos linguísticos utilizados pelo locutor para referenciar o objeto em foco no momento da comunicação, partindo da premissa de que os sentidos são sempre colaborativamente construídos entre os participantes da situação discursiva:

[...] o falante inclui em seu enunciado uma expressão que considera adequada, naquela circunstância, para indicar aos ouvintes de que coisa, dentre todas as que são de conhecimento comum, ele está tratando. Isto é feito por meio de *nomes próprios, descrições definidas, possessivos, demonstrativos e pronomes pessoais*, não sendo necessário que cada nome ou descrição seja aplicável unicamente ao item em questão, mas que sua escolha, naquelas circunstâncias, seja adequada para indicar à audiência de que item particular se está declarando algo [...] (KOCH; FÁVERO, 1984, p. 14, grifos das autoras).

Ato contínuo, esse pensamento é complementado da seguinte forma:

[...] Assim, o fato de existir um item particular ao qual o nome ou descrição é aplicável e que, ainda que não seja o único, satisfaça a uma condição de unicidade, não constitui parte do que o falante assevera num enunciado em que usa o nome ou a descrição com função de referência identificadora, mas sim uma pressuposição que lhe permite asseverar o que assevera. Os pressupostos são, pois, conhecimentos que se devem presumir no ouvinte para que um enunciado possa preencher sua função informativa (p. 14).

E aqui vale ressaltar a menção feita à função informativa dos enunciados, considerando que a *informatividade* é um dos critérios de textualidade definidos por Beaugrande e Dressler (1981), do qual nossa homenageada se ocupou em estudo publicado no ano seguinte, como veremos mais adiante<sup>6</sup>. Também é pertinente mencionar que, ao longo de todo o texto,

---

6 Embora as autoras não façam referência direta a esses autores, tampouco ao fator de textualidade em questão, é válido lembrar que a obra *Einführung in die Textlinguistik*,

estão presentes os termos “falante”, “locutor”, “interlocutores” e “ouvinte(s)”, o que denota a produção de textos orais. Isso mostra, em certa medida, que as pesquisadoras, já naquele momento, pretendiam situar a área tanto no âmbito dos textos falados quanto dos escritos, tal como ocorria na Europa (KOCH, 1997, p. 72).

Ainda sobre a questão do *texto* e do *discurso*, podemos dizer que esse assunto recebeu atenção especial de nossa homenageada, uma vez que, no mesmo ano, em parceria com Neusa Bastos e João Hilton Siqueira, ela apresenta o trabalho intitulado *Discurso e texto / Tema e título*, posteriormente publicado na revista *Estudos Linguísticos*, chancelada pelo Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo (GEL). Embora o foco da discussão seja a produção textual especificamente, logo no início, os autores apresentam os conceitos de discurso e texto que orientam o estudo:

O discurso é um processo semiótico que estabelece a relação de interlocutores e o texto é o fenômeno observado e captado pelos sentidos por uma linearidade linguística, porém tecido por signos de graus de complexidade diferentes, organizados a partir da coerência tecida por relações lineares e alineares próprias da inteligência humana (FÁVERO; BASTOS, SIQUEIRA, 1984, p. 78).

Como vemos, as concepções exaradas no fragmento se assemelham consideravelmente às apresentadas em Fávero e Koch (1983). Assim, o texto ainda é entendido em sua concretude, ou seja, “observado e captado pelos

---

de Beaugrande e Dressler (1981), consta, por exemplo, das referências de Marcuschi (1983). Logo, considerando-se as redes de contato estabelecidas entre os precursores da linguística textual no Brasil, é lícito dizer que, àquela altura, Fávero e Koch já teriam acessado o livro em questão. Outro indício é o fato de, possivelmente naquele ano, terem publicado o artigo *Critérios de Textualidade*, na extinta *Revista Veredas* da PUC-SP, baseado justamente nos postulados de Beaugrande e Dressler. Utilizamos o advérbio possivelmente porque há discrepância quanto à data da publicação do referido artigo: segundo Fávero (1985a), ele teria sido publicado em 1984; já para Koch e Travaglia (1990), teria vindo a lume em 1985.

sentidos”, materializado por meio dos componentes linguísticos, ao passo que a interação propriamente dita estaria no âmbito do discurso.

Com base nessa premissa, apresenta-se um percurso do ato de redigir, visto como a passagem da “alinearidade cognitiva” para uma “linearidade comunicativa”. Parte-se, pois, de um processo de “iconização do mundo”, passa-se pelo estabelecimento de relações com outros indivíduos — inseridas, por sua vez, em diferentes contextos e que, por conseguinte, estabelecem diferentes costumes — e avança-se rumo a uma organização de “áreas de conhecimento”, que corresponderiam aos “assuntos”. Nesse momento, menciona-se novamente o discurso, compreendido como um processo por meio do qual os indivíduos estabelecem relações:

As áreas de conhecimento compreendem os assuntos sobre os quais ele [o homem] sabe discorrer. Assim, o assunto, semioticamente organizado, insere-se num processo discursivo, já que temos por princípio que o discurso é um processo semiótico que estabelece as relações de interlocutores (eu – tu – ele) no aqui e no agora (p. 79).

Chega-se, então, a um novo recorte, que constitui o “tema” e culmina, por meio do código escrito, naquilo que os pesquisadores denominam “redação”. Assim, ela seria “o tema “expandido linearmente” até chegar, por meio do código escrito, à “linearidade comunicativa”. O corolário do processo de escrita de um texto seria o título, concebido, conforme os postulados de Dressler<sup>7</sup>, como “um fator que tem por função avançar uma interpretação, despertar a atenção” (FÁVERO; BASTOS; SIQUEIRA, 1984, p. 80).

Mais adiante, analisam-se alguns títulos presentes tanto em obras literárias quanto em manchetes de jornais e chega-se à conclusão de que, no âmbito escolar, os professores não devem propor produções de textos com base em títulos pré-definidos, uma vez que eles dependem, como se mostrou ao longo da exposição, de um diálogo estabelecido entre o autor e seu objeto

---

7 Citam-se especificamente os seguintes trabalhos do autor: *Einführung in die Textlinguistik* (1972) e *Textlinguistik* (1977).

discursivo. Esta é outra parte que merece destaque na produção em foco, uma vez que revela a tentativa de estabelecer relações entre a linguística textual e o ensino de língua. Logo, é lícito afirmar que a preocupação de Fávero com a educação básica se manteve nessa nova fase.

Em 1985, encontramos-la em plena atividade no sentido de consolidar as frentes de pesquisa do então novo campo e, *grosso modo*, podemos afirmar que ela concentrou seus esforços na análise dos fatores de textualidade. À guisa de exemplo, citamos dois textos de sua autoria, que circularam na ocasião: *A informatividade como elemento de textualidade* (FÁVERO, 1985a), publicado no periódico *Letras de Hoje*, da PUC-RS; e *Intencionalidade e informatividade* (FÁVERO, 1985b), reproduzido na revista *Estudos Linguísticos*, organizada pelo GEL.

Embora não nos seja possível precisar a ordem em que saíram esses estudos, podemos afirmar que ambos são, em grande medida, complementares. Ademais, baseiam-se quase que totalmente nos postulados de Beaugrande e Dressler (1981), como se pode constatar no parágrafo de abertura de Fávero (1985a, p. 13), reproduzido a seguir:

Beaugrande e Dressler (1981) conceituam texto como uma ocorrência comunicativa, apresentando sete critérios (ou padrões) de textualidade: os centrados no texto — coesão e coerência, aos quais acrescento os fatores de contextualização, já abordados por nós em trabalhos anteriores (Fávero, 1984) e os centrados no usuário: intencionalidade, informatividade, situacionalidade, aceitabilidade e intertextualidade

Do fragmento, destacamos a menção aos “fatores de contextualização”, que não constavam da teoria original e, segundo a pesquisadora, tinham sido abordados no ano anterior, em outras pesquisas. Nas referências do texto, verificamos que os trabalhos de 1984 são o artigo *Critérios de textualidade*, publicado na extinta revista *Veredas*, da PUC-SP — do qual já falamos na nota 6 —, e o texto *Fatores de Contextualização e de Coesão na Teoria do Texto*, publicado nos *X Anais do Seminário do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo* (FÁVERO, 1985c).

Quanto a este último, localizamos uma publicação de 1985, intitulada *Linguística Textual: mesa-redonda* e, por meio da leitura, constatamos que os aspectos contemplados pela pesquisadora são justamente os que constam do título informado por ela na referência em questão<sup>8</sup>. Acerca da inserção desse novo critério, nossa homenagem assim se manifesta:

Marcuschi considera fatores de contextualização os fatores “*que contribuem para avançar expectativas a respeito do texto*” Embora a maioria dos autores não o faça, considero-os pertencentes ao texto, situando-o no processo de interação. São:

- a) contextualizadores — ajudam a colocar o texto na situação comunicativa: assinatura, localização, data e os elementos gráficos.
- b) perspectivistas — contribuem para fazer avançar expectativas a respeito do texto: título, início do texto, autor (FÁVERO, 1985c, p. 148, grifo da autora).

Como vemos, ela adotou o critério aventado por Marcuschi em 1983, considerando a validade do fator em questão. Desse modo, é possível notar o seu interesse não só de divulgar aquilo que já se tinha postulado sobre a linguística textual fora do Brasil, mas também de ampliar seus horizontes, endossando pontos de vista de alguns colegas, que, com ela, foram os responsáveis por estabelecer esse campo disciplinar no país.

De volta aos dois trabalhos de 1985 citados anteriormente, o primeiro se ocupa especificamente da *informatividade* e, de maneira sucinta, a autora examina esse critério, assim definido:

O termo **informatividade** designa em que medida os materiais lingüísticos apresentados no texto são esperados/não esperados,

---

8 Supomos tratar-se de publicação retroativa, provavelmente feita no primeiro semestre de 1985, referente ao evento ocorrido no segundo semestre do ano anterior. Logo no começo do texto, a pesquisadora informa o seu objetivo, que é “estudar dois critérios de textualidade “*centrados no texto*”: contextualização e coesão (FÁVERO, 1985c, p. 146, grifo da autora).

conhecidos/não conhecidos da parte dos receptores. A informatividade exerce um importante controle na seleção e arranjo das alternativas no texto (FÁVERO, 1985a, p. 13, grifo da autora).

Na sequência, vale-se de um verbete de enciclopédia para trabalhar as três ordens de informatividade e, nesse ponto, citam-se as chamadas *palavras funcionais* — representadas pelos artigos, pelas preposições e conjunções — e as *palavras de conteúdo*. Com relação às primeiras, a pesquisadora discorda da posição de Clark e Clark<sup>9</sup>, que defendem um menor grau de informação para elas. Sobre isso, declara:

Permitimo-nos aqui discordar dos dois autores, sem entrar na discussão sobre a velha dicotomia entre palavras de conteúdo e palavras funcionais. As palavras funcionais não são simplesmente sinais de relação, já que os artigos, por exemplo, permitem a antevisão de informação ou mesmo a recuperação dela. Criam expectativas e dependências e permitem a coesão interna micro-estrutural do texto (FÁVERO, 1985a, p. 15).

No fragmento, fica claro que Leonor Fávero já teria analisado alguns elementos constituintes do texto, por exemplo, os artigos, no sentido de verificar as relações textuais por eles estabelecidas. Ademais, alude à coesão, que, conforme já vimos, era um aspecto do texto bastante estudado pelos pesquisadores brasileiros na primeira fase da linguística textual do país (KOCH, 1999; 2003).

Na última parte do texto, outra vez em referência a Beaugrande e Dressler (1981), apresentam-se as chamadas *fontes de expectativas*. Esse conceito, de acordo com a autora, advém das *expectativas humanas*, concentradas em diferentes graus instaurados ao longo da comunicação. Merece destaque o fato de as fontes serem exemplificadas com base no conteúdo linguístico que subjaz a elas, por exemplo: a segunda fonte, relacionada às “convenções formais”, pode ser depreendida, entre outros aspectos, pelas abreviaturas;

---

9 A obra em questão, de H. e E. Clark, é *Language and Psychology*, publicada em 1977.

e a terceira fonte, ligada ao arranjo das sequências, pode ser percebida na disposição das informações na oração e por meio das omissões (elipses).

Quanto ao segundo texto de 1985, provavelmente uma apresentação realizada no GEL, o foco recai sobre a *intencionalidade* e a *informatividade*. Logo no início, faz-se uma ressalva sobre *coesão* e *coerência*, afirmando-se que, embora sejam os “critérios mais evidentes da textualidade”, não bastavam para “estabelecer limites entre textos e não textos” (FÁVERO, 1985b, p. 97). Essa parte merece destaque, pois

É também a partir de então [de 1985] que revistas especializadas e anais de congressos passam a trazer artigos e comunicações sobre os vários critérios ou fatores de textualidade, com destaque para a coesão, a coerência, a intertextualidade, a informatividade, a situacionalidade, a argumentatividade, bem como sobre o emprego dos tempos verbais e as tipologias textuais (KOCH, 1999, s/p.)

Ao se referir sobre a insuficiência dos critérios em questão, nossa homenageada faz, de certa forma, um alerta no sentido de que, apesar da importância dos fatores em questão, outros fatores deveriam ser estudados. Igualmente chama a atenção o fato de ela ainda se referir ao estabelecimento de fronteiras “entre textos e não textos”, o que revela certa continuidade no seu modo de conceber o texto, comparado à sua primeira publicação na área, em 1983.

Na parte relacionada à *intencionalidade* — a primeira do texto —, afirma, baseada em Beaugrande e Dressler (1981), que, para se constituir um texto, “é necessário que haja a intenção do locutor de apresentá-la e dos alocutários de aceitá-la como tal” (FÁVERO, 1985b, p. 97). Aqui ressaltamos o termo empregado — “alocutários” — para designar os ouvintes, que difere das formas utilizadas em Koch e Fávero (1984) — “interlocutores” e “ouvinte(s)”.

Sobre esse aspecto, não podemos deixar de mencionar a evidente influência dos estudos da pragmática, por sua vez baseados na *teoria dos atos de fala* — apresentada inicialmente por John Austin e posteriormente

complementada por John Searle. Ademais, é válido ressaltar que, àquela ocasião, os pesquisadores brasileiros davam os primeiros passos rumo à análise da conversação, que adquiriu força na década ulterior e de cuja implementação Leonor Fávero participou ativamente. Em última instância, o fato de ela se valer de termos relacionados à língua falada pode ser um indício, mais uma vez, de uma visão de linguística textual focalizada no plano da escrita e no da oralidade (KOCH, 1999).

Ainda em relação à *intencionalidade*, destacam-se seus dois sentidos principais: *o estrito e o imediato* — a intenção propriamente dita de o locutor manifestar-se de forma coerente e coesa — e o *amplo* — os recursos por meio dos quais os interlocutores manifestam suas intenções. Ato contínuo, menciona-se o crescente interesse de outras áreas de pesquisa, especialmente a filosofia, em estudar o tema, com destaque para a influência exercida pelos estudos advindos desta última sobre os linguistas. À guisa de exemplificação, faz-se uma citação direta a P. Grice<sup>10</sup>, acerca da intenção do locutor em produzir efeito em sua audiência.

Na sequência, menciona-se a dificuldade de definir se o indivíduo que fala manifesta um desejo sincero, apesar de ser ponto pacífico o fato de a comunicação cotidiana ser “diversificada em alto grau e pouco transparente” (FÁVERO, 1985b, p. 98). Partindo dessa premissa, e mais uma vez retornando a Beaugrande e Dressler (1981), faz-se uma definição do termo *ação*, situando-o especialmente no campo discursivo, com o fito de destacar a possibilidade de se promoverem mudanças não só na situação como também nos *estados* dos que dela participam. Nesse sentido, o locutor mobiliza “os estados que são instrumentais a seu *plano*, através de um *objetivo*” (FÁVERO, 1985b, p. 98).

Posteriormente, relacionam-se *intencionalidade* e *informatividade*, sendo que esta depende daquela, em relação ao que se pretende comunicar. Nas próximas páginas, aborda-se esse segundo critério e, conforme apuramos,

---

10 Extraída do capítulo *Logic and Conversation*, presente na obra *Syntax and Semantics III: Speech Acts*, organizada por P. Cole e J. Morgan (1975).



em comparação com Fávero (1985a), não há grandes alterações no conteúdo. Entretanto, merece destaque o parágrafo de conclusão do trabalho, no qual a autora novamente relaciona ambos os fatores:

A informatividade exerce, então, papel relevante na seleção e arranjo de alternativas no texto, constituindo-se num importante controle na limitação e motivação do uso dessas alternativas que estão na dependência direta das intenções do locutor que vai, assim, utilizar determinados elementos lingüísticos para orientar o alocutário num determinado sentido (*id., ibid.*, p. 104).

No ano de 1986, nossa homenageada, em parceria com Maria Sofia Zanotto de Paschoal, organiza o volume intitulado *Linguística Textual: texto e leitura*, que fazia parte da série *Cadernos PUC*. Dessa coletânea, composta por quatorze artigos, participam docentes da PUC-SP e de outras universidades do Brasil, bem como R. A. Beaugrande, professor da Universidade da Flórida. No prefácio, as autoras fazem as seguintes considerações:

Após a publicação do livro “Linguística Textual: Introdução”, pelas professoras Leonor Lopes Fávero e Ingedore G. Villaça Koch, cujo objetivo é fornecer uma revisão da literatura teórica deste novo e promissor ramo da lingüística, o Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa (ao qual as professoras pertencem) sentiu a necessidade de divulgar alguns trabalhos recentes desta área. Isto porque a linha de pesquisa do Programa, que vem envolvendo maior número de professores e, conseqüentemente, gerando maior número de pesquisas é a da “Relações Textuais no Discurso”, vinculada à Linguística Textual.

Os trabalhos que integram o Caderno PUC n° 22 são de professores da PUC/SP, de um professor da Universidade da Flórida, no momento professor visitante da Universidade Federal de Pernambuco, e de pesquisadores de outras Universidades do País, com quem o Programa organizador do Caderno tem mantido intercâmbio de produção [...] (FÁVERO, Leonor; PASCHOAL, Mara Sofia S., 1986, p. 7).

No fragmento, evidenciam-se alguns fatores dignos de nota e que nos ajudam, em grande medida, o compreender impacto dos estudos lingüísticos

textuais em nosso país naquele momento. Como mencionamos anteriormente, os anos posteriores à publicação das obras de Fávero e Koch (1983) e de Marcuschi (1983) foram de intensa produção acadêmica sob a égide da linguística textual. Prova disso é a menção feita ao aumento no número de trabalhos relacionados à área em questão, desenvolvidos no programa de pós-graduação da PUC-SP que, inclusive, àquela altura, já teria vinculado a linguística textual a uma de suas linhas de pesquisa.

Além do mais, o excerto no permite reconstruir, mesmo que minimamente<sup>11</sup>, as redes de contato estabelecidas entre os estudiosos do tema, que, como vimos, ultrapassavam os limites nacionais. Em relação aos participantes do número em questão, dez são do estado de São Paulo (L. Fávero, I. Koch, R. C. P. da Silveira, E. Guimarães, C. Vogt, C. Leite – Madre Olívia, João Hilton Siqueira, M. C. Silva, A. M. Cintra e M. S. de Paschoal), dois do Rio de Janeiro (P. Fry e M. S. Elias), uma do Paraná (M. Cavalcanti) e um do Rio Grande do Sul (I. A. Neis), ou seja, todos da região Sudeste do Brasil.

Com relação ao texto de nossa homenageada, intitulado *Intencionalidade e Aceitabilidade como Critério de Textualidade*, o estudo se concentra nos dois fatores em destaque e, tal qual ocorreu nos anteriormente analisados, baseou-se sobretudo nos preceitos de Beaugrande e Dressler (1981). Contudo, nota-se que, além desses dois estudiosos, são trazidos à baila outros autores, ligados ao gerativismo (Chomsky), à filosofia (Searle), à pragmática (Grice), à sociolinguística (Labov) e à semântica (Guimarães)<sup>12</sup>.

---

11 Dizemos minimamente por se tratar de uma obra que conta com apenas quinze pesquisadores, dos quais oito eram da PUC-SP. Logo, não é possível afirmar — e aqui não o fazemos, diga-se de passagem — que os outros participantes externos seriam os únicos com quem o programa de pós-graduação da PUC-SP — e, por extensão, nossa homenageada, uma das organizadoras do volume — mantinha contato na ocasião.

12 Os trabalhos são, respectivamente: *Aspects of the Theory of Syntax* (1965), *Speech Acts* (1969), *Logic and Conversation* (1975), *Sociolinguistic Patterns* (1972), *O intencional e o convencional na construção do sentido* (1978) e *Leis conversacionais* (1979).

De certa forma, é possível afirmar que a pesquisadora expande o estudo anterior (FÁVERO, 1985b), ao comentar, por exemplo, a noção de atos de fala desenvolvida por Searle (1969), destacando seu caráter limitador, principalmente se levadas em consideração as particularidades de outros atos, além dos performativos. Do mesmo modo, ao citar Grice (1975), contemplam-se outros aspectos de sua teoria, entre eles a noção de *implicaturas*. Além disso, mostra-se que os próprios Beaugrande e Dressler (1981) mobilizaram o conceito de *máximas*, postulado pelo filósofo da linguagem britânico.

Também nesse estudo, aprofunda-se a noção de *plano*, mencionada rapidamente no trabalho anterior (FÁVERO, 1985b). Mais especificamente, explica-se que, de acordo com Beaugrande e Dressler (1981), os diferentes estados dos participantes seriam processados por meio de seu vínculo com um *plan attachment*, ou seja, “ações encaixadas numa seqüência de estados” (FÁVERO, 1986, p. 34). Ademais, introduzem-se os conceitos de *direcionamento* e *controle da situação*, bem como o de *planejamento interativo*, todos ligados ao fator de *intencionalidade*.

Já no campo da *aceitabilidade*, que ocupa menor espaço no capítulo, comenta-se a dupla acepção do termo:

A aceitabilidade, em sentido estrito, diz respeito à atitude do alocutário de que a série de ocorrências deve constituir um texto coesivo e coerente, que tem alguma relevância para ele, por exemplo, veicular conhecimento ou permitir cooperação.

Em sentido amplo, é a disposição ativa de participar de um discurso e/ou compartilhar um propósito (p. 35).

Na seqüência, situa-se o conceito no contexto de seu surgimento, legatário da pesquisa empreendida por Chomsky (1965), com o fito de “provar a existência de uma gramática para uma língua capaz de gerar todas as operações gramaticais dessa mesma língua e excluir as agramaticais” (FÁVERO, 1986, p. 35). Partindo dessa premissa, e mais uma vez baseada em Beaugrande e Dressler (1981), a pesquisadora primeiramente diferencia

os termos gramaticalidade e aceitabilidade para, em seguida, aproximá-los. Em síntese, conclui que o primeiro, ao lado de outros fatores, determina o segundo, ao passo que este último, tomado em sentido estrito, só é válido para aquilo que denominou “textos em situação”.

Na parte final, tal como em Fávero (1985b), estabelece-se uma relação entre *intencionalidade* e *aceitabilidade*, destacando o fato de estarem amalgamadas, bem como a importância do lugar onde se produz o texto. Logo, a aceitabilidade seria uma considerável baliza no sentido de motivar e selecionar determinados usos que, a seu turno, se relacionam às intenções do locutor.

Vale ressaltar que, nos anos seguintes, nossa homenageada publicou trabalhos tão relevantes quanto os aqui apresentados. Entretanto, em virtude dos limites do presente artigo, não foi possível apresentar outras de suas contribuições, das quais pretendemos nos ocupar em pesquisas futuras.

## Conclusão

Linguista no sentido mais amplo da palavra, analista da conversação, historiadora das ideias linguísticas, Leonor Fávero figura entre os grandes nomes da intelectualidade de nosso país, em virtude de seu inquebrantável tino de pesquisadora, aliado à docência. Diante de tantas possibilidades, optamos por reconstruir o caminho por ela trilhado durante a introdução e à consolidação da linguística textual em nosso país, das quais, como a própria Fávero dizia, teria sido uma das precursoras, ao lado de Neis, Koch e Marcuschi.

A análise de suas produções permitiu-nos identificar algumas das possíveis razões que a levaram ao estudo linguístico dos textos, bem como confirmar a relevância de seu trabalho no primeiro momento da linguística textual no Brasil. Nessa trajetória, que partiu de estudos empreendidos principalmente no Instituto de Português da PUC-SP, a pesquisadora entrou em contato com diferentes teorias vigentes à época e, até certo ponto, inéditas no país. Ademais, mostrou-se inovadora não só por ter publicado, ao lado de

Ingedore Koch, uma das obras precursoras da linguística textual, mas também por ter enveredado por outras searas, como a da filosofia da linguagem, a fim de melhor compreender alguns dos conceitos subjacentes às teorias do texto.

Igualmente merece destaque o fato de ter estudado com afinco os critérios de textualidade definidos por Beaugrande e Dressler sem, contudo, prender-se a eles. Pelo contrário, endossou pontos de vista desenvolvidos por autores brasileiros, como Marcuschi, no que concernia, por exemplo, ao critério de contextualização, que ela passou a defender a partir de 1984. Do mesmo modo, não perdeu de vista seu propósito de contribuir para a educação, aliando, já àquela altura, o conhecimento científico recém-produzido aos saberes escolares.

Os anos ulteriores ao recorte temporal aqui proposto igualmente mostram a verve de nossa homenageada, que percorreu outras sendas, nas quais igualmente se destacou, inovando e formando gerações de pesquisadores de diferentes temáticas. Na qualidade de alunos que fomos, deixamos, por meio desta historiografia, nosso tributo a uma das grandes damas da história dos estudos linguísticos no Brasil.

## Referências

BASTOS, Lúcia K. **Coesão e Coerência em Narrativas Escolares Escritas**. Campinas; Editora da UNICAMP, 1985.

BENTES, Anna Christina. Linguística textual. *In*: MUSSALIM, Fernanda.; BENTES, Anna Christina. (Orgs.). **Introdução à linguística**. Domínios e fronteiras. Volume 1. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CARBONI, Florence. **Introdução à Linguística**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

DOSSE, François. **História do Estruturalismo**. Canto do Cisne, de 1967 a nossos dias. V. 2. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.

FAUSTO, Boris. O Regime Militar e a Transição para a Democracia. *In: História Concisa do Brasil*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

FÁVERO, Leonor. A informatividade como elemento de textualidade. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 13-20, jun. 1985a.

FÁVERO, Leonor. Intencionalidade e informatividade. *Estudos Linguísticos: XI Anais de Seminários do GEL*, São José do Rio Preto, p. 97-104, 1985b.

FÁVERO, Leonor. Mesa-redonda: Linguística Textual. *Estudos Linguísticos: X Anais de Seminários do Gel*, Bauru, p. 97-104, 1985c.

FÁVERO, Leonor. Intencionalidade e Aceitabilidade como critério de textualidade. *In: FÁVERO, Leonor; PASCHOAL, Mara Sofia Z. de (Orgs.). Linguística Textual: texto e leitura*. São Paulo: EDUC, 1986.

FÁVERO, Leonor. Linguística Textual – história, delimitações e perspectivas. *Revista (Con)Textos Linguísticos*, v. 13, n. 25, p. 12-24, 2019.

FÁVERO, Leonor; BARIAN, Edna Maria. **A frase no texto/contexto: uma nova perspectiva para o estudo da frase**. São Paulo: Cortez, 1980.

FÁVERO, Leonor; BASTOS, Neusa; SIQUEIRA, João H. Discurso e texto / Tema e título. *Estudos Linguísticos: Anais de Seminários do GEL VIII*, Assis – SP, p. 78-82, 1984.

FÁVERO, Leonor; ELIAS, Vanda; CAPISTRANO JR. Rivaldo. O texto na linguística textual: entrevista à Leonor Lopes Fávero. **PERcursos Linguísticos**, Vitória (ES), v. 11, n. 29, p. 16-23, 2021.

FÁVERO, Leonor; KOCH, Ingedore. **Linguística Textual: introdução**. São Paulo: Cortez, 1983.

FÁVERO, Leonor; MOLINA, Márcia. Linguística Textual na História das Ideias Linguísticas. *In: CAPISTRANO JR., Rivaldo; LINS, Maria da P. P.; ELIAS, Vanda M. Linguística textual: diálogos interdisciplinares*. Vitória; São Paulo: PPGEL-UFES, Labrador, 2017.

FÁVERO, Leonor; PASCHOAL, Mara Sofia Z. de. Apresentação. *In*: FÁVERO, Leonor; PASCHOAL, Mara Sofia Z. de (Orgs.). **Linguística Textual: texto e leitura**. São Paulo: EDUC, 1986.

FLORES, Valdir do N.; SILVA Silvana; LICHTENBERG, Sônia; WEIGERT, Thaís. **Enunciação e Gramática**. São Paulo: Contexto, 2008.

GALEMBECK, Paulo de Tarso. A trajetória da Linguística Textual. **Cadernos do CNFL**, v. XIX, n. 3, p. 41-53, 2015.

KOCH, Ingedore. Linguística Textual: retrospecto e perspectivas. **Alfa**, São Paulo, v. 41, p. 67-78, 1997.

KOCH, Ingedore. O desenvolvimento da Linguística Textual no Brasil. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, 15 (spe), 1999.

KOCH, Ingedore. Um Olhar Retrospectivo. *In*: ALBANO, Eleonora *et al.* (Orgs.). **Saudades da Língua**. A Linguística e os 25 anos do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP. Campinas: SP: Mercado de Letras, 2003.

KOCH, Ingedore; FÁVERO, Leonor. Discurso e referência, **Revista Alfa**, São Paulo, v. 26, p. 11-16, 1984.

KOCH; Ingedore. TRAVAGLIA, **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 1990.

KOERNER, Konrad. Questões que persistem em historiografia linguística . Trad. Cristina Altman. **Revista da ANPOLL**, n. 2, p.47-70, 1996.

LEITE, Cília C. Pereira; SILVEIRA, Regina Célia Pagliuchi da. O I. P. (Instituto de Pesquisas Linguísticas “Sedes Sapientiae” para estudos de Português) na década de de 70. *In*: LEITE, Cília C. Pereira; SILVEIRA, Regina Célia Pagliuchi da. (Orgs.). **A Gramática Portuguesa na pesquisa e no ensino**. Vol. 1. São Paulo: Cortez, 1980.

MALDIDIER, Denise; NORMAND, Claudine; ROBIN, Régine. Discurso e ideologia: bases para uma pesquisa. *In: Gestos de Leitura*. Campinas: UNICAMP, 1994.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Linguística de Texto: o que é e como se faz?** São Paulo: Parábola, 2012 [1983].

NEIS, Ignácio Antonio. Por uma gramática textual. **Letras de Hoje**, v. 16, n. 2, p. 21-29, 1981.

ORLANDI, Eni Pulcineli. Chomsky: uma teoria científica explicativa. *In: O que é Linguística*. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PALMA, Dieli V.; BASTOS, Neusa B. **Cília Coelho Pereira Leite (Madre Olívia)**. São Paulo: Educ, 2017.

PALMA, Dieli Vesaro; FRANCO, Maria Ignez Salgado de Mello. A Década de 1980: suas características principais. *In: História Entrelaçada 8 – Língua Portuguesa na Década de 1980: gramática, redação e educação*. São Paulo; Terracota, 2018.

SCHURMANN, Ernst. Préfácio. *In: SCHMIDT, Siegfried. Linguística e Teoria de Texto: os problemas de uma linguística voltada para a comunicação*. Trad. Ernst Schurmann. São Paulo: Pioneira, 1978 [1973].

SILVA, Leonardo Gueiros da. **Da emergência à consolidação da tradição sociodiscursiva na pesquisa linguística brasileira e suas implicações para a reflexão sobre ensino de língua portuguesa (1970-1999)**. 2019. 251f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

SWIGGERS, P. Linguistic Historiography: object, methodology, modelization. **Todas as Letras**, Dossiê Historiografia Linguística, São Paulo, v. 14, n. 1, 2012.

WEEDWOOD, Barbara. **História Concisa da Linguística**. São Paulo: Parábola, 2002.